

Já só o “Identitarismo” pode ainda salvar o “Universalismo”

*Already only “Identitarianism” can still save
the “Universalism”*

André Luis de Oliveira
Mendonça – IMS UERJ

E-mail alomendonca@gmail.com

Recebido em: 11/05/2023

Aceito em: 12/09/2023

Para Guto e Aécio, na esperança de que, em sendo dois grandes interlocutores universalistas, possa contribuir para convencê-los de que só os “identitárixs” salvarão o universalismo.

Resumo

Nesse ensaio, apoiado em releitura dos 200 anos da Independência do Brasil e 100 anos da Semana de 22, argumento que ainda mantemos uma relação de colonialidade com a Europa e de racialidade interna, especialmente por ainda tentarmos emular o universalismo europeu naquilo que ele possui de pior, o seu caráter de dominação e exploração dos povos e culturas afrodiáspóricas e ameríndias por meio de uma paradoxal expansão via cerceamento (acumulação sem obstáculos); outrossim, advogo a tese de que, para compensar, sempre vingou, entre nós, uma tradição de resistência e insubmissão ao referido universalismo. É vislumbrada uma mudança de paradigma civilizatória em que os “identitários” (movimentos negros, feminismos, nações indígenas, LGTQIAPN+, ecologistas etc.) estão criando um pluriversalismo onde a esperança consiste em vir a se poder criar uma expansão sem fronteiras das infinitas potências de ser, permanecendo cerceamentos (éticos) apenas do ponto de vista ambiental. Por fim, a amefricanidade é hasteada como uma bandeira digna de representar o novo pluriversalismo filho do colapso da representação pretensamente universalista (branca) e mãe de uma nova era de genuína democracia racial.

Palavras-Chave: Universalismo; Identitarismo; Amefricanidade; Independência; Descolonização;

Abstract

In this essay, supported by a rereading of the 200 years of Brazil's independence and 100 years from modern art week (also known as week of 22), I argue that we still keep a colonial relationship with Europe and internal racially, especially because we still try to emulate the european universalism in his worse trace: your domination feature and exploitation of afrodiásporic and Amerindian people and culture by a paradoxical expansion through curtailment (unobstructed accumulation); likewise, I advocate the thesis that to make up for, always has sprung up between us a tradition of resistance and insubmission to such universalism. Is glimpsed as a civilizational paradigm change whereby the “identities” (black activism, feminism,

indigenous nations, LGBTQUIAPN+, ecologists, et cetera.) is creating pluriuniversalism where the hope consists in being able to create a borderless expansion of the infinite powers of being, remaining (ethical) constraints only from the environmental point of view. In the end, the americafricanidade (Amefricanity) is raised like a flag worthy of representing the new pluriuniversalism son of the collapse of the supposedly universalistic representation (white) and mother of a new era genuine racial democracy.

Keywords: *universalism; identitarianism; amerifricanity; independence; decolonization.*

(Pró)logo (anti)logos: expansões via cercamentos

Fatalidade atroz que a mente esmaga!
Extingue nesta hora o brigue imundo.
O trilho que Colombo abriu nas vagas,
Como um íris no pélago profundo!
Mas é infâmia demais! ... Da etérea plaga.
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo!
Andrada! Arranca esse pendão dos ares!
Colombo! Fecha a porta dos teus mares!”

Castro Alves, *Navio Negreiro*.

O advento da ciência moderna europeia “coincide” com o das grandes navegações – (in)feliz encontro entre “exatidão” matemática da então emergente ciência náutica portuguesa com as incertezas e vicissitudes da vida moderna expansionista que foi preciosa e precisamente sintetizado no verso de interpretação versátil pela pessoa de Pessoa: “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Amiúde, com o intuito de se enaltecer a “luz” da modernidade, a expansão propiciada pelas navegações portuguesas e espanholas do século XV em diante é apontada como a entrada da humanidade na primeira era de globalização responsável pelo encontro entre culturas e povos graças aos “Descobrimientos”; não tão frequentemente assim se faz alusões aos cercamentos/divisões de várias ordens que também tiveram origem nesse mesmo período histórico, tais como o étnico-racial e de gênero, além das fronteiras geopolíticas propriamente ditas. Desde então, vivemos sob os maus auspícios de um grande paradoxo: a expansão via cercamentos. Quanto mais se desbravou novas fronteiras, mais cercas foram levantadas... Ademais, fato é que as grandes navegações são concomitantes à criação do sistema-mundo colonialista que ainda nos domina, a ponto de a nova navegação via internet engendrar, por sua vez, uma expansão acelerada da comunicação ao mesmo tempo em que ergue novos cercamentos através das corporações do Vale do Silício e demais vales da sombra da morte que semeiam cemitérios tecnológicos mundo afora; além de cada vez mais “Zoombis” perambularem pela Matrix do nada admirável mundo das “inovações”.

Grandes navegações do mar de outrora e grandes navegações das redes de agora são só dois lados da mesma moeda do capitalismo imperialista e colonialista, literal e metaforicamente falando. Se a técnica moderna for mesmo o que nos condena e também nos salva, oxalá seja a própria natureza o nosso avatar de ‘mais avançada das mais avançadas das tecnologias’ a resistir à devastação total e completa que nos ameaça.

Há séculos, a expansão através de cercamentos gera uma mal-estar coletivo constitutivo, mas, mais recentemente, a globalização neoliberal está produzindo nacionalismos ultraliberais nos quatro cantos da terra: estão de volta ‘a morte, a discórdia, a ganância e a guerra’, se é que deixaram de estar aí por algum tempo. ‘De repente, não mais que de repente’, o dócil bê-á-bá economicista sobre viver num mundo sem fronteiras parece se chocar frontalmente contra o blábláblá feroz sobre fechar todas as fronteiras aos refugiados e imigrantes. “Parece”, obviamente, é mera retórica para aquelas e aqueles de nós que, ao ter ciência

do laboratório neoliberal da Ditadura Pinochet, nunca caímos no canto da sereia de que o neoliberalismo era o fim da história no sentido de todas as sociedades estarem caminhando rumo ao “sistema democrático” (leia-se: *american way of life*). Muito antes disso, Pasolini já havia profetizado ou pregado no deserto: pior que o fascismo de Mussolini seria o “novo” fascismo que estava nascendo com a morte dos vagalumes e o pesadelo do “despertar” da vida para o consumo.

Se as máscaras das cercas começaram a cair desde o fatídico 11 de Setembro, com a pandemia não resta mais dúvida: com todo o abismo social que (n)os separa, pobres cerceados nas ruas em que “moram” ou nos seus quartos de despejo, ricos cerceados nos seus quartos de luxo. “Classes médias” do mundo inteiro, *home office* ou desemprego – eis a questão. Trabalho 24/7 precarizado no lar, doce lar, sem direito a direitos, ou marcha no exército dos “reservistas”. Sem denegar a la Giorgio Agamben meio que a realidade ontológica do vírus, é lúcido reconhecer que a pandemia era o álibi que o sistema carecia para radicalizar na estratégia de expansão por cercamento – acumulação sem barreiras.

Essas pesadas pegadas do sistema capitalista no planeta vêm de longe. ‘Porém, ai, porém’, a retórica do poder foi sempre a do saber... Enquanto implementava a política expansionista por meio das estruturas do SER (Sexismo, Elitismo e Racismo), o ‘discurso filosófico da modernidade’ foi o de abandono do paradigma do ser rumo ao do conhecer (científico). Juntamente com as humanidades em geral, a filosofia europeia legitimou em grande medida o processo de colonização e escravização com a criação das figuras do “primitivo”, “bárbaro”, “canibal”, que, em nome do “humanismo” e do “universalismo”, deveriam passar por um ‘processo civilizador’. Atentar para o quanto de desumano e clubístico se fez sob a proteção dessas duas infames insígnias é o convite que faço para seguir nessa embarcação, que será inspirada na engenhosidade das canoas indígenas e nas rotas de fuga dos navios negreiros. Outro universalismo e outra humanidade estão sendo criados pelos “identitários”, só não vê quem não quer ver...

Longe do Rio Ipiranga, os “brados retumbantes” que não conseguiram silenciar

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo, *Vozes-Mulheres*.

Em 2022, no Sete de Setembro, a efeméride de 200 anos de “Independência” do Brasil frente ao jugo secular de Portugal foi “comemorada” sob ameaça de um governo com pendor fascista querendo se valer da ocasião para forçar uma espécie de autogolpe, que, felizmente, não se concretizou devido ao seu isolamento político logo após sua derrota nas urnas eletrônicas por ele questionadas. Sem deixar de reconhecer suas diferenças e nuances, especialmente aquelas que dão contorno ao coturno do atual autoritarismo ultraliberal inédito na nossa dita República até aqui, o ponto do nó górdio da nossa trama histórica é o de que o bolsonarismo vigente não constitui propriamente uma novidade nesses dois séculos, muito menos se colocarmos na conta da dívida impagável os 300 anos em que fomos colônia de Portugal. A fama de país cordial¹, ou social e racialmente

1 Teorizado por Sérgio Buarque de Holanda

harmônico², não resiste ao escrutínio histórico mais atento. Violência, miséria e desigualdade atávicas fazem parte da nossa “brasilidade”. Mas, como o retrato do nosso quadro social é pintado pelas classes dominantes, a elite aparece sempre, por assim dizer, com boa aparência na foto; inclusive literalmente, como é o caso do famoso quadro conhecido como “O Grito do Ipiranga” (na realidade, chama-se *Independência ou Morte*), de Pedro Américo, em que d. Pedro surge imponente em pose heroica bramindo o grito de “independência” montado em cima de seu cavalo. É assim que é a nossa ‘elite do atraso’: suas narrativas oficiais tanto omitem a violência que lhe define quanto apaga a participação efetiva das classes populares nos processos de grande transformação; o povo só é representado nos episódios de danação da nação.

Como a data não poderia passar em branco no meio acadêmico e editorial, muitas obras de revisão da Independência vieram a lume em 2022, que vão da tentativa de desvelar como o mito do Sete de Setembro centrado no “Grito do Ipiranga” foi construído ao longo do tempo (a partir de rica pesquisa com imagens, a começar pelo referido quadro de Pedro Américo)³ à ideologia economicista de frisar a crise fiscal da época como a grande desencadeadora do processo de Independência⁴, passando pela motivação apaziguadora de sublinhar o seu aspecto conflitivo gradual e multifacetado.⁵

Se mirarmos o quadro (figura 1 ao final) um pouco mais de perto – um quase “afresco” (pelas grandes dimensões de 7,60 m x 4,51 m) pintado por ocasião de um momento em que o fato em termos históricos (66 anos depois) ainda estava fresco –, veremos que o povo é representado apenas nas figuras de três homens, dentre eles um negro conduzindo um jumento; o restante, além de d. Pedro e sua comitiva, são só dezenas de soldados. Como se um dos acontecimentos mais importantes da história do Brasil houvera sido fruto isolado do gesto literalmente nobre do seu então imperador auxiliado por militares, enquanto o povo teria sido apenas testemunha ocular da história passando diante de seus olhos curiosos, ao invés de sujeito ativo e protagonista desse processo.

Embora, desafortunadamente, a história não pareça ser um carro alegre, cheia de um povo contente atropelando indiferente todos aqueles que a negam (como canta Milton Nascimento na *Canção por la Unidad Latinoamerica* composta por Pablo Milanés e com versão de Chico Buarque), ela também dá suas reviravoltas, ainda bem. Com o colapso da representação que temos tido o júbilo de estar testemunhando, aquelas e aqueles que estiveram historicamente alijadas/os dos processos enunciativos de verdade estão exigindo, mais do que falarem por si mesmas/os, serem escutadas/os, propiciando, assim, novas narrativas sobre o desenrolar temporal do nosso ser social em que personagens invisibilizadas e silenciadas estão como que retornando da mansão dos mortos para habitar a centralidade de fatos e feitos do passado que ainda ecoam entre nós. À guisa de genuína ilustração: finalmente se começa a reconhecer o papel chave que muitas mulheres desbravaram em lutas anteriores e concomitantes à Independência do Brasil⁶, onde, aqui, quero destacar a contribuição memorável de Maria Felipa de Oliveira, mulher negra que foi decisiva atuando nas batalhas da Ilha de Itaparica devido à sua liderança frente àquele que ficou conhecido como Batalhão das Vedetas, composto por 40 mulheres. A premiada escritora negra Cidinha Silva compõe, indo além da faceta bélica, uma belíssima narrativa sobre Maria Felipa; para a autora de *Um Exu em Nova York*, entre outros, a vida da heroína negra do Séc. XIX precisa ser reinterpretada fora dos estereótipos racistas e machistas, o que exige leitura complexa do que significa ser uma mulher negra pescadora (pertencimento comunitário), marisqueira (renascimento cotidiano nos mangues), ganhadeira (rua como lugar de troca e liberdade), capoeirista (ginga para o jogo da vida) e candomblecista (dotada de tecnologias ancestrais).⁷

São séculos de histórias soterradas, como essa da ‘mulher que veio do mar e ruminava fogo’, ansiando por escavação ou escovação a contrapelo. Seguindo ancoragem na Bahia de Maria Felipa, muito provavelmente o estado onde houve mais revoltas e sublevações que antecederam ou ladearam a Independência e Abolição,

2 Teorizado por Gilberto Freyre.

3 Lima Jr., Carlos; Schwarcz, Lília; Stumpf, Lúcia (2022).

4 Cariello, Rafael; Pereira, Thales (2022).

5 Neto Franchini, Hélio (2022).

6 Starling, Heloisa; Pellegrino, Antonia (2022).

7 Silva, Cidinha (2022).

há muito ainda o que ser recontado sobre a Revolta dos Malês, para ficar só no exemplo mais emblemático da luta dos escravizados de origem mulçumana.⁸

A grande questão esperando ser equacionada é a de que até hoje, mesmo quando se tentou intencionalmente olhar o Brasil pelas lentes dos de baixo, jamais se deixou de ter como modelo burguês padrão essa tal de modernidade europeia. Nem os modernistas, ao repensarem os sentidos e valor da Independência por ensejo do seu primeiro centenário, na disputada Semana de 22, não escaparam às artimanhas do elitismo ou do complexo de vira-latas rodriguiano (expressão que me soa agora como um preconceito descabido contra quem estivesse fora das medidas das “raças puras”) no afã de redefinir uma identidade brasileira. Não cabe aqui me enfileirar em um dos lados do cabo de guerra bairrista que tomou de assalto certos nichos acadêmicos e midiáticos ao longo do corrente ano de 2022, o de se o modernismo seria melhor representado pelas metrópoles de São Paulo⁹ ou do Rio de Janeiro¹⁰, ou por uma cidade interiorana feito Cataguases;¹¹ até porque o problema maior reside exatamente na bazófia de se querer reduzir a pluralidade brasileira a um ponto de vista quase newtoniano de gravidade em torno do qual as demais cidades satélites deviriam girar, o que São Paulo, talvez por ser a “pauliceia desvairada”, acabou conseguindo mais por razões econômicas e políticas do que em virtude do valor cultural propriamente dito de sua produção artística.¹² Sem contar que, nesse processo de “paulistinização” do modernismo ou de modernismo paulista-cêntrico, o arsenal conceitual uspiano exerceu domínio nada cândido – de Antônio Candido até seus herdeiros intelectuais.¹³

Mais grave ainda, como evidencia Rafael Cardoso por meio de rico material iconográfico exibido no seu livro já nascido “clássico” *Modernidade em Preto e Branco*, é o fato de que houve um verdadeiro silenciamento e invisibilidade de uma miríade de escritoras e escritores, artistas plásticos, músicos etc. – muito além dos dois Andrades –, o que na interpretação fundamentada do autor só se explica em função do racismo, machismo e elitismo estruturantes da sociedade brasileira. Em que pese todas as boas intenções dos modernistas em valorizar a cultura autóctone, não há como negar a estratégia camaleônica por conveniência de ser primitivista na Europa (literalmente para inglês ver) e “moderno” no Brasil para seguir dominando o debate (o restante a ver navios), ou, o que dá no mesmo, praticar um discurso anticolonialista incoerente com uma ação extrativista da cultura indígena e afrodiáspórica. Tudo isso pode ser epitomizado no caso das respectivas relações de Oswald e Mário com Sinhô, uma das figuras míticas porque fundadoras do samba carioca, em que o primeiro exhibe uma espécie de afago crasso do sambista e o segundo, um repúdio sutilmente dissimulado. Ponto em comum aos dois primitivismos dos heróis modernistas: subalternizar nosso Sinhô; um por julgá-lo “impuro” do ponto de vista “popular” e, portanto, compositor “inautêntico”; outro por romantizar a “alteridade” e, conseqüentemente, endeusar a modernidade como “inclusão” dos colonizados.¹⁴ Pergunta que não quer calar (nunca mais): quem tem medo do modernismo negro? Em artigo provocativo acerca das cercas entre o popular e as vanguardas, tendo como mote o livro *Desde que o samba é samba*, do escritor negro Paulo Lins, a filósofa branca Claudia Drucker, dentre outros insights interessantes, advoga a tese de que o elitismo das vanguardas inspiradoras dos modernistas é uma herança da história excludente da arte. Nessa história, a “formação formal” seria indispensável ao desenvolvimento da cultura, porquanto seu pressuposto complicado, para dizer o mínimo, consiste na assunção segundo a qual só as rupturas “conscientes” teriam valor, a quebra com a tradição de modo “ingênuo” (primitivismo) não faz literalmente escola.¹⁵ Pergunto se a verdadeira ingenuidade (ou artimanha?) nesse caso não seria pressupor a ingenuidade (puerilidade)? Não há nada mais naif do que rotular algo ou alguém de “naif”...

Além da subalternização cultural, mais violentos ainda foram e são todos os processos urbanísticos em nome da modernidade/modernização. Se Walter Benjamin já denunciara na Tese VII do seu clássico e

8 Granato, Fernando (2021).

9 Andrade, Gênese (2022).

10 Castro, Ruy (2019).

11 Ruffato, Luiz (2022).

12 Fischer, Luis Augusto (2022).

13 Motta, Leda (2022).

14 Cardoso, Rafael (2022).

15 Drucker, Claudia (2019).

obrigatório *Sobre o conceito da História* que “Não há documento de cultura que também não seja documento de barbárie”¹⁶, a história do Brasil é repleta de exemplos nos quais se deixou um rastro de destruição na construção do “progresso”. Cito apenas dois exemplos que me são caros por razões afetivas de carioca nostálgico e uerjiano convicto que sou: a região mítica da antiga Praça Onze, local de convivência afro-judaica, que foi posta abaixo para a pavimentação da Av. Presidente Vargas sob alegação de tocar em frente a “modernização” que remontaria à Reforma Passos¹⁷; a Favela do Esqueleto, derrubada à revelia dos moradores para a criação daquela que é hoje a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tornando-se a UERJ, paradoxalmente, uma das universidades mais populares do Brasil.¹⁸ Graças ao feliz senso de justiça da própria história, os vestígios de todas essas aniquilações permanecem vivos, como demonstra, por exemplo, a redescoberta recente das ossadas de escravos do Cais do Valongo no Rio de Janeiro, no cemitério que fora aterrado ou “enterrado” no Séc. XIX.

No atlântico negro há uma fonte inesgotável de CURA

Quem diz que se recupera tecido todo desfeito
Em tramas que, já sem jeito, afirma ser aqui o lugar?
Será preciso cerzideira, sábia e bordadeira
Difícil de encontrar o ponto final da teia
A trajetória ao contrário do que foi despedaçado
Em horas de des-espero
Horas em que desespero de sorte afinal, tão comum
Não aconteceu o novo, na verdade, nada de novo
Não foi o por mim querido
Triste mulher mortal, que a tudo acha fatal
Até um fio de esperança antes do juízo final.

Beatriz Nascimento, *Cura*.

O processo histórico de colonização e escravização aludido e repudiado aqui aflui, ao invés de ser um desvio de rota casual da nau, diretamente do mar revolto do Humanismo e Universalismo europeus. Por isso é que Aimé Césaire, um dos intelectuais negros mentores do movimento literário afro-franco-caribenho conhecido como *Négritude*, vai nos advertir de que, em verdade, Adolf Hitler tem as costas largas: antes dele, por séculos, muitas atrocidades abomináveis haviam sido feitas com a justificativa da “necessidade” de se levar a “liberdade” à humanidade inteira, a diferença é que o líder nazista – e eis o seu escândalo, prossegue Césaire sem relativizar o caráter também hediondo da *Shoah* – incluiu brancos nessa empreitada da razão ressentida e cínica de “libertar pelo trabalho”. Essas duas bandeiras brancas de guerra pela “paz” – humanismo e universalismo –, ao menos quando de mãos dadas com o projeto da modernidade hegemônica, foram uma moenda particularmente eficaz de moer gente, terras, saberes e histórias. A rigor, diversas foram as moendas atreladas à cultura pretensamente humanística e ao universalismo particular da Europa: a jornalística, a literária, a filosófica, a científica etc.¹⁹ Como dominar, oprimir ou reprimir o tempo todo só pela força é praticamente impossível, técnicas mais sutis de controle costumam ser forjadas; daí educação, ciência e humanidades terem sido historicamente ferramentas úteis na expansão colonialista da Europa frente ao mundo e na retração dos ímpetus dissidentes internos. Sim, internamente, não faltaram vozes discordantes; na filosofia, dos frankfurtianos a Paul Feyerabend e Michael Foucault, não faltou quem erguesse a voz contra as sombras

16 Benjamin, Walter (2013).

17 Carvalho, Bruno (2019).

18 Mancebo, Deise (2016).

19 Césaire, Aime (2017).

da razão esclarecida ou da monstrosidade da ciência, com destaque para as feministas das primeiras ondas, que, felizmente, estão saindo da mera marola contida pela represa patriarcal para causar maremoto no oásis universalista feito para os homens deitarem à sombra.

Mais recentemente, entre nós, a filósofa negra Denise Ferreira da Silva vem desmontando a parafernália conceitual inventada notadamente pelos idealistas alemães – ao evidenciar a motivação mais recôndita de dominação por trás da aparentemente bela, além de complexa, especulação metafísica sofisticada que lhe é peculiar –, a começar pela divisão entre liberdade e necessidade:²⁰ por verem a si mesmos como tendo descoberto o reino da liberdade e pressupondo estarem outros povos e culturas presos aos grilhões da necessidade, seria necessário, concluem esses filósofos, compartilhar as “riquezas espirituais” deste reino com aqueles que ainda estariam como que na pré-história, nem que preciso fosse primeiro domá-los, para em seguida, e aí obviamente ninguém externava os interesses econômicos escusos por trás da empresa civilizacional, usurpar suas riquezas materiais; afinal, como sugere Hegel, seria melhor ser escravo em processo de humanização do que permanecer em estado animalesco nas suas tribos de origem. A racialidade ganha, assim, uma boa e esfarrapada desculpa filosófica, sendo que com uma roupagem engomada em alta costura argumentativa. Se somos esclarecidos por um ato de vontade de ousar saber, como defende Kant, nosso dever ético seria levar essa luz aos lugares de trevas, a tentação “salvífica” e “missionária” é grande...

Seria o Brasil filho da DOR (Dominação, Opressão e Repressão) impingida pela expansão europeia/portuguesa presunçosamente humanística e pai da CURA (Criatividade, Ubuntu, Revolta e Amorosidade) de onde há de advir um novo paradigma civilizatório? Deixando por ora a resposta em suspensão, é preciso reforçar que mais do que a suspeição das ‘ideias foras do lugar’ – no sentido atribuído pelo crítico Roberto Schwarz de sermos produto de uma tensão essencial por termos supostamente copiado mal o ideário liberal europeu, posto que a nossa é uma sociedade originalmente escravagista (basta lembrar do filósofo Domenico Losurdo demonstrando a associação umbilical entre liberalismo e escravidão para relativizar o alcance da tese schwarziana) –, a colonialidade é o que de mais enraizado sempre atravessou nosso território; tomando emprestada aqui a ideia de colonialidade na acepção cunhada por Aníbal Quijano, para quem as estruturas de opressão típicas da colonização permanecem encrustadas nas nossas sociedades latino-americanas mesmo após o relativo processo de emancipação frente às metrópoles, porquanto seu eixo central – a ideia de raça – permanece intocada. Com efeito, a despeito de termos oficialmente deixado de ser colônia e nos tornado independentes, a herança da colonização ibérica ainda cobra a dívida impagável por todas as partes das veias abertas da América Latina nas formas de racismo estrutural e desigualdades abismais.²¹ No caso específico do Brasil, a colonização teve um sentido de ser máquina de moer carne humana para alimentar a vaidade e ganância da Europa ao longo dos séculos.²²

Reconhecer que a colonialidade nos constitui significa entrar em rota de colisão com a clássica tese da singularidade brasileira cujos partidários romantizam e mistificam nossa presumida hospitalidade, mistura, miscigenação pacífica etc. Ideologicamente disseminada mundo afora por meio da noção de nação parida pelo encontro harmonioso entre três raças (brancos, negros e indígenas), a suposta singularidade escamoteia o caráter altamente conflitivo e violento da nossa história e sociedade. Não dá mais para ocultar que a miscigenação começa com o estupro de mulheres negras escravizadas no Brasil colonial e prossegue durante a República como uma política de estado para o branqueamento, i.e., tentativa de genocídio do povo negro por outros meios de longo prazo.²³ Mesmo críticos diretos ou indiretos da tese da singularidade, sobretudo aqueles que realçam os aspectos mais autoritários da nossa formação enquanto povo, costumam criar meio que eufemismos para interpretar nossas mazelas sociais. Vide, por exemplo, toda a literatura exaustiva sobre os conceitos de coronelismo²⁴ e patrimonialismo²⁵, sem contar clientelismo, mandonismo, caudilhismo e todos

20 Ferreira da Silva, Denise (2014).

21 Quijano, Aníbal (2005).

22 Prado Jr, Caio (2011).

23 Nascimento, Abdias (2006).

24 Leal, Victor (2012).

25 Faoro, Raimundo (1987).

os demais ismos que nos obnubilam no que diz respeito ao nosso dilema mais profundo. Sem desconsiderar a importância de se atentar para as nuances dos fenômenos sociais, aqui o que temos mesmo de mais arcaico em nossas vísceras é o velho e mau racismo à brasileira. A pergunta intimidatória recorrente nas nossas relações socialmente hierarquizadas – “Sabe com quem está falando?” – costuma ser dirigida sistematicamente contra pessoas negras em condições subalternizadas.²⁶

Se nossas práticas são a da colonialidade e a do racismo em seu arranjo de imbricação indissociável, o discurso dominante, com forte amparo conceitual acadêmico, segue sendo o do universalismo e seus epítetos aliados, destacadamente a razão – coração do projeto da modernidade. Projeto esse que consistiu em levar a racionalidade europeia para o resto do mundo mais pelo “argumento” da força do que pela força do argumento. Em tempos de colapso da civilização, muito se fala em herança iluminista; pouco se admite, contudo, que aquilo que esta tradição tem de mais interessante vem do Atlântico Negro – a modernidade negra do samba, do Jazz e por aí vai, ainda aguarda um balanço.²⁷ Isso para não falar da ciência negra cultivada desde o Egito Antigo e sequestrada pelo Ocidente como se fora uma criação de gênios brancos.²⁸ Sendo assim, ao contrário da visão corrente de que no Brasil essa tal modernidade não deu certo ainda por sermos demasiadamente sentimentais, ou quaisquer outras razões depreciativas, somos o país com potencialidades de uma outra modernidade, a negra, ameríndia, amefricana. Se as elites seguem querendo emular ora Europa, ora EUA, em contrapartida os povos afrodiáspóricos e originários têm a cura para a doença do espelho: mirando em nós mesmos é que será possível encontrar a CURA – Criatividade, Ubuntu, Revolta e Amorosidade. Talvez, nada na “história da humanidade” causou mais sofrimento e dor do que a arrogância de se levar um universalismo particular – essa camisa de força feita sob desmedida do capital pelo homem branco europeu heteronormativo – a todas as criaturas; em compensação, nunca faltou capacidade de resiliência e resistência, sentimento de pertença e irmandade aos condenados da terra ou descamisados a quem a camisa de força universalista tentou com sua vã filosofia aprisionar. Eis o ponto nevrálgico do corpo doutrinário do universalismo europeu: o homem branco criou a racialidade para diferenciar o outro (o “negro”, o “índio”), ao mesmo tempo em que pensou a si mesmo como a medida padrão, porque supostamente neutra, para todas as demais raças. Branquitude, portanto, é o verdadeiro nome do universalismo. O que significa dizer que universalismo até aqui tem sido a forma mais perversa para justificar os privilégios adquiridos “pura e simplesmente” pelo fato de se ter uma cor, como se fossem fruto de mérito ou conquista de direitos. Esse universalismo se sustenta há séculos pelo pacto tácito da branquitude em não perder privilégios e vantagens.²⁹ Quebrar com esse pacto se faz urgente e, para tanto, nós brancos pretensamente progressistas do mundo inteiro temos de nos racializar. Só assim, ao desnudar todas as vestes fabricadas para ocultar o processo de construção da “neutralidade” branca, é que estaremos contribuindo com a luta antirracista e com a criação de um novo paradigma civilizatório em que finalmente raça e qualquer outra cerca entre “nós e eles” seja de fato abolida. Um grande obstáculo é que parte considerável do pensamento presumidamente progressista julga ser a luta antirracista importante, porém “identitária”. Ora, se atentarmos para o conceito de branquitude, veremos que identitário é o universalismo europeu por ser construído a partir da identidade específica do homem branco como se fora neutra, imutável e eterna.

Se a filosofia europeia desempenhou esse papel vexatório – obviamente, muitas correntes filosóficas, como é o caso do materialismo histórico, lutaram pela libertação das correntes da exploração – de justificar o injustificável, o que dizer da filosofia no Brasil que foi sempre uma das áreas mais colonizadas mentalmente, papagaiando aquilo que se produzia nos centros de radiação “radioativa” europeus?³⁰ Felizmente, essa realidade começa a mudar à medida que chegam novas e novos praticantes de filosofia, exigindo o resgate do pensamento africano, Ubuntu, Kemet etc. De “minorias” a “identitários”, só se muda o rótulo decalcado para se tentar recalcar o desejo e a fúria daqueles e daquelas que não suportam mais viver sob as regras e rédeas

26 DaMatta, Roberto (1997).

27 Gilroy, Paul (2012).

28 Diop, Cheikh Anta (1989).

29 Bento, Cida (2022).

30 Gomes, Roberto (1979).

dos “universais”. Chegou a hora e a vez das e dos subalternas/os falarem e serem escutadas/os. Mulheres, vidas negras, povos originários, população LGBTIQAPN+, pessoas portadoras de necessidades especiais, florestas, animais, crianças estão falando por si mesmas/os. Mais do que isso: em grande parte dos movimentos organizados não ocorre o alegado “identitarismo” que seria responsável por “enfraquecer a verdadeira luta por causa da fragmentação”; ao contrário, movimentos negros, feminismos, nações indígenas, LGBTIQAPN+, não-monos, ecologistas, entre tantos outros, estão cada vez mais cada um deles se conectando com todas as demais lutas porque sabem que nenhum grupo pode conquistar emancipação isoladamente.

(Epí)logo (epí)a-feto: é que a amefricanidade nasceu lá no mar da Bahia

Índio” eu não sou.
Sou Kambeba, sou Tembé
Sou kokama, sou Sataré
Sou Guarani, sou Arawaté
Sou tikuna, sou Suruí
Sou Tupinambá, sou Pataxó
Sou Terena, sou Tukano
Resisto com raça e fé

Márcia Kambeba, *Índio Eu Não Sou*.

O quadro conhecido como “Mucama com criança ao colo” (figura 2 ao final) tem grande probabilidade de ser uma representação pictórica de uma ‘mãe preta’ carregando d. Pedro II ainda criança em seu colo; tanto assim que ele serviu de mote para que a antropóloga argentina Rita Segato redigisse um belo ensaio recontando a história do Brasil através de uma análise arguta do quadro, denunciando o racismo e o sexismo entranhados estranhamente na sociedade brasileira.³¹ Antes dela, a pensadora brasileira Lélia Gonzalez já havia pintado uma imagem do Brasil nos seus traços de racismo e sexismo também por meio da figura histórica da mãe preta.³² Para Lélia, no Brasil, vivemos sob a égide de uma espécie de neurose cultural, uma vez que já somos amefricanizados (aqui, somos mais africanos e ameríndios do que europeus) na prática, justamente pelo papel central desempenhado pelas mães pretas na nossa formação nacional, ao passo que seguimos nos vendo diante do espelho em berço esplêndido como se fôssemos europeus, relegando essas mulheres negras especiais à categoria quando muito de cidadãs de segunda classe, excetuando o período de carnaval em que as “mulatas” viram protagonistas (hiper sexualizadas) da festa da raça, ou, quando essas mulheres se tornam “quase da família” na condição de empregadas domésticas. Seja do jeito que for, praticamente não saem da posição de sujeitas passivas e escravas, destituídas de agência, desejo e subjetividade. Daí ser urgente, ao passarmos a limpo o nosso passado com vistas ao futuro do país do “país do futuro”, reescrever essa história com mãos negras, aquelas que soergueram nossa cultura, nossa arte, nossas riquezas etc.³³

Juntamente com outros “identitários”, são exatamente as mulheres negras que estão sendo artífices protagonistas da construção de um novo paradigma civilizacional do qual só teremos consciência retrospectivamente, como costuma ser o caso de nós só conseguirmos nos dar conta das “revoluções” depois que elas se “normalizam”. Não deixa de ser uma triste ironia da história que, no caso das mulheres negras brasileiras, a primavera das rosas negras só tenha ficado mais robusta e florida após o assassinato bárbaro de Marielle Franco, provando que podem deter uma flor, porém jamais a primavera. Tivesse eu o direito de batizar essa primavera eu lhe daria o nome de amefricana, justamente por ser a categoria cunhada ou semeada por Lélia Gonzalez portadora de uma esperança oportuna e ansiada para o nosso tempo: mais do que América Latina,

31 Segato, Rita (2021).

32 Gonzalez, Lélia (2018).

33 Nascimento, Nascimento (2021).

aqui somos uma América Ladina – um continente com uma geografia e história rica e diversa, mas com a força de uma ancestralidade afrodiáspórica e ameríndia com raízes nas estrelas compartilháveis entre si. Daqui me parece estar nascendo um novo ‘sol de primavera’ ‘inventada nos dentes’ em que o universalismo europeu e sua retórica do poder estão dando espaço para o florescimento de um pluriversalismo do poder ser o que se quiser ser.

Figura 1³⁴



Figura 2³⁵



Assim seja: que a expansão via cerceamento das grandes navegações nas ondas do mar ou das grandes navegações pelas ondas do ar dê lugar à expansão sem barreiras do ser infinito dos povos, etnias, culturas, sem precisarem se adequar mais aos “universais” do “infinito” particular dos europeus ou estadunidenses. A única barreira nos seja os limites éticos ecológicos pertencentes à nossa casa comum que é a Terra, pois, a não ser lunáticos “marcianos” como Elon Musk e os terraplanistas, “por mais distante o errante navegante, quem jamais te esquecerá?”. Para buscar essa comunhão com a natureza, para buscar o enraizamento perdido com a modernidade europeia, será necessário sair do paradigma da “razão” rumo à coletividade dos (a)fetos, somente assim a hierarquização entre todos os seres do cosmos será substituída pela coexistência horizontal, fraterna e igualitária.

34 Américo, Pedro. Independência ou Morte, 1988.

35 Autor desconhecido. Mucama com criança ou colo. S/D.

Bibliografia

- Andrade, Gênese (ed.). *Modernismos: 1922-2022*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Benjamin, Walter. *O anjo da História*. Translated by João Barreto. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- Bento, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Cardoso, Rafael. *Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Cariello, Rafael and Pereira, Thales. *Adeus, senhor Portugal. Crise do absolutismo e a Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Carvalho, Bruno. *Cidade porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.
- Castro, Ruy. *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Césaire, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Translated by Anísio Garcez Homem. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2017.
- DaMatta, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- Diop, Cheikh. *The african origin of civilization: myth or reality*. Chicago: Chicago Review Press, 1989.
- Drucker, Claudia. "O modernismo negro segundo Paulo Lins". *Viso: Caderno de Estética Aplicada* 13, no. 25 (2019): 35-65.
- Faoro, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- Fischer, Luís Augusto. *A ideologia modernista: a Semana de 22 e sua consagração*. São Paulo: Todavia, 2022.
- Franchini Neto, Hélio. *Redescobrimo a Independência: uma história de batalhas e conflitos muito além do Sete de Setembro*. São Paulo: Benvirá, 2022.
- Gilroy, Paul. *O atlântico negro*. Translated by Cid Knipel Moreira. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.
- Gomes, Roberto. *Crítica da razão Tupiniquim*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1979
- Gonzalez, Lélia. *Primavera para as rosas negras. São Paulo: Diáspora Africana, 2018*.
- Granato, Fernando. *Bahia de todos os negros: as rebeliões escravas do século XIX*. Rio de Janeiro: História Real, 2021.
- Leal, Victor. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Lima Jr., Carlos, Schwarcz, Lilia, and Stumpf, Lúcia. *O sequestro da Independência: uma história da construção do mito Sete de Setembro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- Mancebo, Deise. *Da gênese aos compromissos: uma história da UERJ (1950- 1978)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.
- Motta, Leda. *Cem anos da semana de arte moderna: o gabinete paulista e a conjuração das vanguardas*. São Paulo: Perspectiva, 2022.
- Nascimento, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- Nascimento, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Quijano, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Edited by Edgardo Lander. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>
- Ruffato, Luiz. *A revista Verde, de Cataguases: contribuição à história do modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- Segato, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- Silva, Cidinha. Maria Felipa de Oliveira: a mulher que veio do mar e ruminava fogo. In *Independência do Brasil – as mulheres que estavam lá*, edited by Heloisa Starling and Antonia Pellegrino. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.
- Silva, Denise. "Ninguém: direito, racialidade e violência". *Meritum* 9, no. 1 (2014): 67-117.
- Starling, Heloisa and Pellegrino, Antonia (orgs.). *Independência do Brasil – as mulheres que estavam lá*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.